

## **EIXO 1: Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação.**

### **O (NÃO) USO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO AUTOAVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Juceli Bengert Lima  
Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ  
[juceli.bengert@fundaj.gov.br](mailto:juceli.bengert@fundaj.gov.br)

Aldenize Ferreira de Lima  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
[aldenizefl@hotmail.com](mailto:aldenizefl@hotmail.com)

#### **RESUMO**

O documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, publicado pelo MEC em 2009, propõe a autoavaliação das instituições de Educação Infantil por processo participativo. Este estudo pretendeu investigar como três municípios da Região Metropolitana do Recife trabalharam a proposta. Foram consultadas as coordenadoras municipais; 23 gestoras de escolas e cinco membros da escola que efetivou a autoavaliação. Utilizaram-se questionários e entrevistas gravadas. Todos compreendem a avaliação como fundamental para a gestão, mas não houve mobilização, provavelmente, pelo excesso de atribuições das gestoras ou porque entendem a avaliação como prestação de contas, subtendendo a ideia de punição.

**Palavras-chave:** Avaliação; Qualidade; Indicadores.

#### **1. INTRODUÇÃO**

##### **1.1. Educação Infantil: busca pela qualidade**

Nos últimos 20 anos, a Educação Infantil no Brasil conquistou lugar privilegiado no debate educacional. Percebeu-se a complexidade a que está envolta a criança e a responsabilidade da Educação Infantil em estabelecer um trabalho que enfatize a inseparabilidade de cuidar e educar. A discussão atual vai além do direito ao acesso à educação e a sociedade brasileira reconhece e cobra, cada vez mais, o direito a uma educação de qualidade. Dessa forma, muito se tem discutido sobre quais são os elementos que integram o padrão de qualidade do ensino brasileiro. (Campos; Füllgraf; Wiggers, 2006).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação é imprescindível a definição de padrões de qualidade de ensino. Contudo a definição de um padrão único de qualidade apresenta dificuldades, pois envolve questões particulares de cada instituição. Dessa forma Dourado e Oliveira (2009) enfatizam a relevância de se analisar as dimensões extra e intraescolares. No que se refere à primeira, esta

envolve dois níveis: o espaço social e as obrigações do Estado. Em relação à segunda, eles a organizam em quatro planos: o plano do sistema - as condições de oferta de ensino; plano de escola – gestão e organização do espaço escolar; plano do professor – formação, profissionalização e a ação pedagógica; plano do aluno – acesso, permanência e desempenho escolar.

Dentro dessa dinâmica, a gestão escolar assume um papel crucial, uma vez que é um enfoque de atuação que tem como objetivo promover a organização, mobilização e articulação das condições humanas e materiais que são necessárias para que se alcance o objetivo do processo socioeducativo que é aprendizagem efetiva dos alunos (Luck, 2000). Para tanto ela precisa ser respaldada em uma visão democrática, em uma relação orgânica entre o gestor e demais membros da equipe que fazem parte da escola, incluindo a comunidade (Libâneo, Oliveira; Toschi, 2005). Pensada dessa maneira a gestão funciona como mediadora para se alcançar a qualidade educativa.

Neste intuito, a mudança no panorama da qualidade da educação requer o desenvolvimento de projetos e este exige o planejamento e a avaliação, ferramentas indispensáveis para qualificar as atividades, para facilitar a realização dos objetivos almejados, para conhecer o nível de consecução de tais objetivos e para ajuizar sobre os fatores intervenientes nesses projetos e nos seus resultados. É imprescindível criar um espaço para a reflexão coletiva, com a definição do direcionamento das ações, bem como promover outra forma de subjetivação grupal que permita a realização dos envolvidos (Capucha, 2008).

Para isso a avaliação diagnóstica de determinada instituição é crucial ao permitir determinar com precisão os problemas urgentes, os recursos disponíveis e os fatores que serão determinantes no contexto. É também um referencial para avaliações posteriores a partir das ações que serão tomadas.

A avaliação diagnóstica pode ser realizada tanto por agentes externos quanto por membros da equipe escolar. Esta última necessita de um olhar crítico de aspectos, muitas vezes, tidos como “comuns”. De acordo com Brandalise (2007) a avaliação interna da escola não é uma prática na maioria das instituições, porém seu estudo constatou que mesmo diante da complexidade que envolve a autoavaliação, este processo possibilita a formação de uma nova cultura de avaliação na escola que permite o desenvolvimento profissional e institucional.

A partir dos resultados da avaliação, os envolvidos com a busca na qualidade educacional terão uma fotografia dos pontos fortes e fracos da instituição. Os pontos fortes serão valorizados, explorados e terão o reforço de outros que serão desenvolvidos. Em relação

aos pontos fracos, serão definidas coletivamente as prioridades de resolução, estipulando encaminhamentos a curto, médio e longo prazo para que eles possam ser minimizados ou eliminados.

Dessa forma, o MEC propôs os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (IQEI), instrumento de autoavaliação da qualidade na Educação Infantil por meio de um processo participativo e aberto que envolve toda a equipe escolar, as famílias das crianças e a comunidade na qual se encontram as instituições, ou seja, é um instrumento adicional ao trabalho das escolas.

## **1.2 Indicadores da Qualidade na Educação Infantil<sup>1</sup>**

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil é uma publicação, lançada pelo Ministério da Educação em 2009, que pretende ser um instrumento colaborador no planejamento das ações no âmbito escolar, bem como visa operacionalizar os *Parâmetros de Qualidade para Educação Infantil*. Neste último, o MEC sistematizou os fundamentos principais para o monitoramento da qualidade na Educação Infantil.

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil foram desenvolvidos por encontros entre representantes de entidades, fóruns, conselhos, professores, gestores, especialistas e pesquisadores da área. Neste processo foram definidas sete dimensões para serem consideradas na análise da qualidade de uma instituição de Educação Infantil: a) planejamento institucional; b) multiplicidade de experiências e linguagens; c) interações; d) promoção da saúde; e) espaços, materiais e mobiliários; f) formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; g) cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Para avaliar cada dimensão são propostos indicadores que são sinalizadores que revelam aspectos de realidade da Educação Infantil que podem qualificar algo. Pretendendo alcançar os pontos fundamentais de cada indicador, há uma série de questionamentos que os participantes da autoavaliação da instituição irão responder. Com os indicadores, de maneira simples, todos terão conhecimento do que está indo bem e do que está indo mal nas instituições. Por isso, o documento propõe um quadro síntese que deve ser preenchido com o resultado de todas as dimensões e seus respectivos indicadores. Esse quadro deve ficar exposto em um lugar que todos possam ver e acompanhar as conquistas que se efetuam.

Tais resultados darão um diagnóstico da realidade escolar e direcionará planos de ação com o intuito de melhorar a qualidade da educação. Além dos planos, é crucial que se

---

<sup>1</sup> Informações obtidas em BRASIL, 2009.

estabeleça datas a curto, médio e longo prazo e os responsáveis pelas ações, uma vez que a proposta do documento é que todos se responsabilizem pela mudança, numa ação conjunta para se criar estratégias e executá-las.

A adesão das instituições ao uso dos indicadores deve ser voluntária, já que as pessoas devem estar motivadas e entenderem o verdadeiro sentido da ação. A obrigatoriedade poderia ser um fator inibidor do processo, porém o MEC propõe que as Secretarias de Educação e Conselhos Municipais de Educação estimulem uso dos indicadores e deixem evidente que os resultados não devem ser utilizados para comparações entre instituições.

O que se deseja é que tais resultados sejam referenciais para outras avaliações na própria instituição, servindo para se ter um acompanhamento das dimensões analisadas. Dessa forma, o instrumento de autoavaliação não é pontual, preconiza-se que seja utilizado a cada um ou dois anos. O intuito é a criação de uma cultura avaliativa, constante, em prol das melhorias da Educação Infantil.

Diante da magnitude da qualidade da educação, este estudo pretendeu investigar se as instituições que atendem a Educação Infantil, em três municípios da Região Metropolitana do Recife, trabalham com a proposta dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. A pesquisa visou também compreender as razões para não adesão de tal proposta. Nos municípios que já trabalham com os indicadores, o estudo teve o propósito de levantar elementos que permitam verificar as percepções dos atores envolvidos no processo de autoavaliação no que se referem aos avanços, as dificuldades e alternativas para que a qualidade na Educação Infantil seja vislumbrada.

### **1.3. Procedimentos metodológicos**

Para realização do estudo foi utilizada a estratégia metodológica qualitativa descritiva e também a quantificação de alguns dados. O estudo ocorreu em instituições que atendem a Educação Infantil em três municípios<sup>2</sup> da Região Metropolitana do Recife. Os sujeitos investigados foram três coordenadoras<sup>3</sup> ou gerentes municipais de Educação Infantil, 23 gestoras<sup>4</sup>, sendo sete no Município 1 (M<sub>1</sub>), oito no Município 2 (M<sub>2</sub>) e oito no Município 3 (M<sub>3</sub>) das escolas nas quais não foram utilizados os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil e cinco representantes de uma equipe escolar que participaram do processo autoavaliativo proposto no documento.

---

<sup>2</sup> Os municípios da região metropolitana de Recife da pesquisa serão identificados como M<sub>1</sub>, M<sub>2</sub> e M<sub>3</sub>.

<sup>3</sup> Nas falas, as Coordenadoras de Educação Infantil dos Municípios serão identificadas como C<sub>1</sub>, C<sub>2</sub> e C<sub>3</sub>

<sup>4</sup> Nas falas, as Gestoras das instituições de educação infantil serão identificadas como G<sub>1</sub>, G<sub>2</sub>,...e G<sub>23</sub>.

As informações foram coletadas utilizando-se questionários individuais para as gestoras das instituições e entrevista semiestruturada, que foi gravada em fita cassete e posteriormente transcrita, para as coordenadoras municipais e para as representantes da equipe escolar.

A análise do material escrito foi realizada em três momentos: o primeiro, referente aos dados das coordenadoras. Nestes, a análise do material transcrito considerou as seguintes categorias: forma de acesso ao documento; orientação que a coordenação municipal da Educação Infantil recebeu das instâncias estaduais e municipais; avaliação do documento; estratégias de incentivo a adesão ao instrumento; receptividade das equipes escolares; quantitativo de instituições que utilizaram o instrumento; motivos da não adesão.

No segundo, os dados analisados são referentes às informações das gestoras. Foi realizado um levantamento quantitativo das escolas que receberam e que não receberam os indicadores; que conhecem e que desconhecem tal documento; e das escolas que desejam utilizar os indicadores. A partir das informações foram analisadas também as seguintes categorias: avaliação do documento e motivos da não adesão ao processo autoavaliativo.

O terceiro momento, diz respeito às informações das representantes da equipe escolar que participaram da utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Nesta etapa, foi feita uma descrição de como o processo autoavaliativo ocorreu na escola de acordo com os diferentes olhares dos membros da equipe, comparando estes dados com o que está fundamentado no documento.

Importante ressaltar que em nenhum desses momentos se pretendeu qualquer generalização dos resultados.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **2.1. Percepção das coordenadoras municipais da Educação Infantil em relação aos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**

Quando as coordenadoras foram questionadas acerca da maneira como tiveram *conhecimento sobre os IQEI*, elas alegaram que o contato com a publicação foi decorrente da participação delas ou de alguém da equipe da gerência/coordenação na reunião do Fórum em Defesa da Educação Infantil/PE. Uma coordenadora relatou que também conheceu o documento a partir de pesquisas realizadas no *site* do MEC.

No que diz respeito à *avaliação que elas fazem dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, as coordenadoras dos três municípios investigados afirmaram que é um instrumento imprescindível para se realizar um diagnóstico da situação atual das escolas e a

partir disso realizar as ações que modifiquem as dimensões que se encontram fora dos padrões de qualidade.

De acordo com as coordenadoras, todas as escolas já receberam a publicação. Nos três municípios, as coordenadoras perceberam que houve uma ótima receptividade ao uso da autoavaliação.

Em relação às *estratégias que os municípios utilizaram para incentivar a adesão ao uso dos indicadores*, no M<sub>1</sub>, a coordenação já iniciou a sensibilização nas formações continuadas que ocorreram com os coordenadores pedagógicos e professores.

No M<sub>2</sub>, houve uma sensibilização nas escolas antes mesmo do material chegar, informando em que consistia o documento. Com o acesso das escolas ao documento, a coordenadora sugeriu que toda a equipe realizasse um estudo do material nas reuniões de estudo quinzenais. Mas apenas uma escola concretizou a sugestão.

No M<sub>3</sub>, a gerência inseriu uma unidade curricular que aborda os indicadores, seus fundamentos e forma de utilização, durante o curso de formação para os gestores da Educação Infantil.

Quando foi perguntado sobre os possíveis *motivos da não adesão* de algumas instituições, as coordenadoras dos municípios M<sub>1</sub> e M<sub>2</sub> afirmaram que as escolas não se oporão à adesão. Esta constatação, segundo elas, é decorrente da boa receptividade percebida nos encontros que tiveram com as equipes escolares e no M<sub>1</sub>, pelo trabalho de mobilização em prol da Educação Infantil que está sendo já desenvolvido. No M<sub>3</sub>, a coordenadora acredita que adesão apenas ocorrerá se houver um processo de sensibilização/convencimento “muito bom”, uma vez que a realização do processo de autoavaliação é difícil para a equipe escolar.

A partir do momento que você vai colocar para equipe se autoavaliar e avaliar também você como gestor, sua gestão e tal, eles podem apresentar uma resistência grande... A gente tem muitos cargos comissionados. Aí eles podem entender como sendo uma autoavaliação visando uma mudança nesse cargo comissionado. Então essa resistência existe por conta também disso (C<sub>3</sub>).

## **2.2. A (não) utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil: o olhar das gestoras**

De acordo com os dados, das 23 instituições pesquisadas, dez não receberam o documento, divergindo da informação dada pelas coordenadoras da Educação Infantil dos três municípios, que afirmaram que todas haviam recebido. Dentre as que não receberam apenas três gestoras tem conhecimento dos IQEI.

Das 11 gestoras que afirmaram ter recebido a publicação, seis delas não a conheciam, ou seja, receberam e “engavetaram” o documento. Fato esse que foi justificado por algumas

como sendo o volume de material que elas recebem e que apenas leem o que vai sendo exigido, uma vez que são várias as suas atribuições. Duas delas justificaram o não conhecimento por terem assumido há pouco tempo a gestão e ainda não se apropriaram da documentação presente na escola.

Em duas escolas as gestoras relataram que já haviam iniciado o processo de autoavaliação na escola. No M<sub>2</sub>, a gestora solicitou que as docentes lessem o documento e o respondessem para posteriormente discutirem sobre ele. Ela afirmou que não pensou em convidar a comunidade, os pais e demais funcionários do colégio, a discussão se limitaria ao corpo docente e a gestão. Importante ressaltar que essa iniciativa só ocorreu por exigência da coordenação de Educação Infantil.

A Tabela 1, a seguir, sintetiza a análise dos questionários das gestoras.

**Tabela 1: Ação da gestão escolar em relação aos Indicadores da Qualidade de Educação Infantil.**

Recebimento dos IQEI na escola		Mun 1	Mun 2	Mun 3	Total
		Gestoras	Gestoras	Gestoras	
A escola recebeu o documento	A gestora conhece os IQEI	-	2	1	3
	A gestora não conhece os IQEI	4	2	-	6
	Iniciou a autoavaliação	-	1	1	2
	<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>11</b>
A gestora afirma que escola não recebeu o documento	A gestora conhece os IQEI	1	-	2	3
	A gestora não conhece os IQEI	2	1	4	7
	<b>Subtotal</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>10</b>
A gestora não sabe se a escola recebeu o documento		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
<b>Total de gestoras consultadas</b>		<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>23</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Das gestoras que *avaliaram* o documento três delas mostram uma clareza sobre o que são os indicadores e entendem tal documento como crucial para orientar a autoavaliação na escola e conseqüentemente melhorar a aprendizagem das crianças.

Os textos apresentados nos dão a oportunidade de fazer uma autoavaliação do nosso trabalho na Educação Infantil, assim como nos possibilita fazer um plano de ação para melhorar a aprendizagem dos alunos (G<sub>14</sub>).

Segundo as gestoras, *a não adesão ao processo de autoavaliação* se deu principalmente pela falta de conhecimento da proposta do documento. Uma das gestoras afirmou, ainda, que não dispõe verbas para realizar o processo.

Precisamos de mais orientações, estudos para compreendermos com detalhes todos os procedimentos do documento para que possamos fazer a coisa acontecer de verdade, compreender para disseminar (G<sub>8</sub>).

Devido à impossibilidade financeira da escola, não somos pessoas jurídicas o que impede de recebermos verbas (G<sub>16</sub>).

A partir desses extratos, constata-se que as gestoras não compreendem o documento, já que não é preciso recursos financeiros para realizar a autoavaliação e a publicação é autoexplicativa e tem uma sugestão simples de como efetivá-la.

### **2.3. Processo de discussão e utilização dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil em uma escola da rede municipal de ensino na Região Metropolitana do Recife**

Os sujeitos entrevistados foram: duas gestoras<sup>5</sup> da escola, a coordenadora do projeto “Mais Educação”, uma professora do Ensino Fundamental<sup>6</sup> e uma professora da Educação Infantil.

A escola recebeu documento em 2010, mas ele ficou arquivado até o momento que a coordenadora da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, em uma das reuniões para gestores, deu um informe sobre o documento e solicitou que elas fizessem a discussão e enviassem os resultados.

Olhe, quando recebemos do MEC, a gente não tinha nem percebido que era para responder e a secretaria informou que esse questionário que era para ser entregue com urgência ao departamento de Educação Infantil. Aí foi quando pegamos e respondemos (G<sub>11</sub>).

A partir dessa fala, constata-se o caráter obrigatório que o processo adquiriu pela exigência da Secretaria Municipal de Educação e que não consta na publicação.

A escola por sua vez também não utilizou estratégias de mobilização dos atores que estão envolvidos nas questões educacionais (educadores/professores, merendeiras, porteiro, coordenação, serviço administrativo, serviços gerais - comunidade; pais e mães das crianças). Ela comunicou, exclusivamente, aos professores que haveria uma reunião, divergindo assim com o que sugere os indicadores:

A mobilização da comunidade para participar da avaliação é o primeiro ponto importante no uso dos indicadores. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos da comunidade se envolverem em ações para a melhoria da qualidade da instituição de Educação Infantil, maiores serão os ganhos para as crianças, para a sociedade e para a educação brasileira. Por isso que é tão importante que todos os segmentos da comunidade escolar sejam convidados a participar, não somente aqueles mais atuantes no dia a dia (Brasil, 2009, p.17).

Após a identificação da situação que a escola se encontra, a publicação propõe que os resultados fiquem expostos em um local visível para toda a comunidade escolar e que seja feito um plano de ação para resolver os entraves identificados que dificultam a melhoria da qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009). No entanto nenhum destes aspectos foi

---

<sup>5</sup> É proposta deste município ter duas gestoras em cada escola da rede.

<sup>6</sup> As professoras do Ensino Fundamental participaram da discussão, pois elas podem ir para Educação Infantil no ano seguinte se preferirem e também porque, nos dias da discussão sobre os Indicadores, a escola discutiu outras temáticas de interesse a todas as professoras



realizado na escola analisada. A equipe de tal instituição respondeu o questionário, as gestoras tiraram uma cópia, enviaram o original para a secretaria e a cópia foi arquivada.

Todas concordavam que o momento de discussão sobre os indicadores foi importante por ser o momento de socialização das ideias e de se avaliar, avaliar o outro, as ações pedagógicas e as condições estruturais da escola. Porém houve alguns pontos negativos: a fragmentação da discussão, a discussão ter sido feita com professores-estagiários que talvez saiam rapidamente da escola, pois o quadro de funcionários é constituído em grande parte por eles. Outro aspecto negativo foi não terem realizado o plano de ação.

A equipe escolar relatou que o grande desafio na instituição para se melhorar a qualidade na Educação Infantil seja a rotatividade dos professores e a infraestrutura da escola. E como alternativas para melhoria da Educação Infantil na instituição seria ter uma formação continuada na própria escola, ter um quantitativo maior de funcionários efetivos e melhorar a infraestrutura da Educação Infantil.

### **3. CONCLUSÕES**

A partir da análise das informações dos atores educativos nos municípios pesquisados, percebe-se que a autoavaliação da escola com a utilização dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil encontra-se embrionária. De acordo com os relatos das coordenadoras municipais, elas se mostraram interessadas na adesão da proposta do MEC por acreditarem que é um instrumento de diagnóstico e, conseqüentemente, de transformação das práticas escolares.

As coordenadoras municipais se consideram ativas nas discussões sobre tal nível de escolaridade e buscam estratégias para incentivar as instituições ao uso do instrumento de autoavaliação via indicadores. Contudo constatou-se que, da amostra das escolas nas quais se aplicaram o questionário, quase 50% das instituições ainda não haviam recebido os indicadores e a maioria das gestoras nem o conheciam, mesmo aqueles que já estavam com o documento na escola. Provavelmente isso aconteceu, pois as estratégias utilizadas pelas coordenadas não conseguiram mobilizar o interesse na discussão do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil ou pela quantidade de atribuições que as gestoras de cada escola precisam realizar.

Entretanto as ações das coordenações municipais não podem ter um caráter de obrigatoriedade para que ocorra a adesão aos indicadores. Mas, de acordo com os argumentos das gestoras das escolas que iniciaram ou já realizaram as discussões, foi exatamente isso que

aconteceu. Apenas uma escola não comentou ter iniciado o processo por demanda da Coordenação de Educação Infantil.

Percebeu-se que as experiências ou os ensaios abordados de utilização do documento foram aquém do esperado, pois, em suma, os diferentes segmentos que fazem parte da comunidade escolar não foram convidados, ficando as discussões apenas entre os professores e a gestão ou entre todos os funcionários da escola, mas em nenhum relato quanto a comunidade e/ou a família serem convidados, como se a discussão não fosse de interesse deles; não houve um processo de mobilização que sensibilizasse as pessoas para participação, apenas o anúncio da reunião ou o pedido para o preenchimento do questionário. Além disso, e o plano de ação construído não foi realizado.

Em relação à justificativa da não adesão ou da não utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil naquelas escolas que desejam aderir à publicação, as gestoras alegaram, em sua maioria, o desconhecimento do documento e a necessidade de uma maior assessoria para utilizá-los. Porém a publicação do MEC possui uma sugestão de como conduzir o processo e as coordenações municipais de Educação Infantil também poderiam fornecer alguma ajuda.

Assim, constatou-se que os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, percebem a importância do documento/instrumento para a melhoria da qualidade na Educação Infantil. Contudo o que parece é que não há uma cultura do processo avaliativo "espontâneo", sendo parte integrante da ação educativa, tal processo talvez seja entendido ainda como estratégia para prestar contas e pode estar subtendida a ideia de avaliação como punição. Todas compreendem a avaliação como fundamental, no discurso, mas na prática ainda se encontra incipiente.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Brandalise, M. A.T. (2007). Autoavaliação de escolas: processo construído coletivamente nas instituições escolares. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

Secretaria da Educação Básica. (2008). *Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil*. MEC. Brasília, Brasil.

Secretaria da Educação Básica. (2009). *Indicadores de Qualidade na Educação Infantil*. MEC. Brasília, Brasil.

Campos, M. M., Füllgraf, J., Wiggers, V. (2006, jan./abr.) A Qualidade da Educação Infantil Brasileira: alguns resultados de pesquisa. *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, vol.36, n.127, p.87-128.

Capucha, L. M. A. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos - Guião prático*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular/ Ministério da Educação.

Dourado, L. F., Oliveira, J. F. (2009, maio/ago.). A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215.

Libâneo, J. C., Oliveira, J. F., Toschi, M. S. (2005). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização* (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Luck, H. (2000, fev./jun.). Apresentação. *Em Aberto*, Brasília, vol. 17, n. 72, p.7-10.